

1º PAINEL:

A ESCOLA E O MUNDO DO TRABALHO

Dr. Joaquim Azevedo

Neste primeiro painel dedicado à problemática da escola e do mundo do trabalho temos connosco dois tipos de intervenções, uma que nos vai situar mais na óptica do mundo empresarial e duas outras na óptica do mundo do trabalho. Em todo o caso, as três encararão o problema "a escola e o mundo do trabalho" partindo deste último para a escola. Foi uma opção feita pelo facto desta Casa estar muito interessada em ouvir opiniões de pessoas provenientes do terreno que não está mais directamente ligado à escola.

Posteriormente intervirão dois comentadores, o Prof. Rui Canário e a Dr.^a Margarida Marques, que nos vão apresentar comentários ao vivo, uma vez que não tiveram acesso prévio às intervenções. Contudo, pela sua experiência e capacidade reconhecidas terão ocasião de reflectir e comentar connosco as intervenções, mesmo assim, a quente.

A seguir faremos um pequeno debate. Em termos de tempo, temos 1/4 de hora para cada interveniente inicial e 10 minutos para cada comentador, deixando 1/2 hora para o debate, tentando assim não alongar a sessão da manhã para além do horário previsto para o almoço. Sem mais delongas, dou a palavra ao Sr. Eng. Luís Todo Bom.

Eng.º Luís Todo Bom

Vice-Presidente da A.I.Portuguesa

1. Em nome da Associação Industrial Portuguesa, quero agradecer à Sra. Presidente do Conselho Nacional de Educação e ao Sr. Presidente da Comissão Nacional do Ano Europeu da Educação e Formação ao Longo da Vida, o convite que nos foi formulado para par-

ticiparmos neste seminário, felicitando também os seus organizadores por esta iniciativa.

2. Li com muito interesse o Livro Branco sobre a Educação e a Formação - "Ensinar e Aprender - Rumo à Sociedade Cognitiva" em especial o capítulo objecto deste painel - "Aproximar a Escola e a Empresa", no qual se propõe acções, no domínio da "Aprendizagem" e da "Formação Profissional", com as quais, provavelmente estamos todos de acordo.
3. Irei desenvolver a minha pequena intervenção - reservando para o debate o aprofundamento de alguns temas, se os presentes tiverem interesse em que tal aconteça - em dois capítulos:
 - A intervenção da COPRAI, departamento da AIP para a formação e qualificação - nestes programas.
 - Algumas reflexões pessoais, face à minha experiência na qualidade simultânea de administrador de empresas e docente universitário.
4. Em relação ao primeiro aspecto, referirei que a Associação Industrial Portuguesa numa óptica de Associação Empresarial Horizontal (não Sectorial) tem tido um grande envolvimento nestes programas, através da COPRAI, destacando como mais significativos os seguintes:
 - I. Programas da Formação Profissional Inicial de Preparação e Qualificação de Jovens recém-licenciados ou saídos do sistema Formal de Ensino Secundário, para o exercício de uma actividade profissional, nas áreas de:
 - Gestão das Novas Tecnologias da Produção e Qualidade
 - Gestão das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
 - Gestão Comercial e Marketing
 - Comércio Internacional, Marketing e Negócios
 - Comunidade e Publicidade

- Auditoria, Consultoria e Gestão Financeira
 - Criação e Gestão de Micro-Empresas
 - Preparação de Analistas e Programadores de Informática
 - Gestão Geral de PME's
- II. Programas Inovadores de Formação com a duração de 3 anos nas seguintes áreas de intervenção:
- Gestão Geral de PME's
 - Gestão da Produção Assistida por Computador
 - Gestão do Marketing Internacional
 - Gestão Estratégica de PME's.
- III. Programas de Formação Transaccionais apoiados pelas Inicativas Comunitárias, nas áreas de:
- Gestão de Ambiente
 - Gestão de Transportes
 - Gestão das Tecnologias de Produção
- IV. Programa JTI – Jovens Técnicos para a Indústria
- V. Outras Actividades de Interface, das quais saliento:
- a) Escola Tecnológica de Design Industrial
 - b) Protocolos de Cooperação com Universidades
 - c) Projectos de Parceria com Universidades e Parceiros Sociais na Área da Investigação Aplicada.
5. Em termos do meu testemunho pessoal, na qualidade simultânea de administrador de empresas e instituições e docente universitário, gostaria de partilhar as seguintes reflexões:
- A formação profissional das empresas não substitui a educação básica que se obtém na escola.

Os bons alunos (com boas bases teóricas) é que dão bons profissionais (com formação adequada para a aplicação eficiente dos conhecimentos).

- É essencial resolver o problema da credibilidade da “Escola” (Universidades) perante a “Empresa” e criar um clima de “Confiança” recíproca entre os dois universos que se mantêm muito separados.
- Os “estágios profissionais” são instrumentos de grande potencial e que são pouco aproveitados pelas empresas.

Têm, no entanto que ser cuidadosamente desenhados, preparados, implementados, acompanhados e avaliados.

Os programas de estágio que implementei no “Fundo do Turismo” e na “Portugal Telecom” deram resultados muito promissores.

- A formação “on the job” e “em sala” tem características, objectivos e programas completamente diferentes.

O tratamento pouco cuidadoso destes dois instrumentos para além de constituir uma má decisão para as empresas origina frustrações e conclusões incorrectas.

- A “requalificação” e a “formação profissional dentro das empresas, têm limites, ou seja, não permitem saltos qualitativos permanentes e de dimensão ilimitada.

A passagem para patamares superiores (ou orbitais de maior energia!) obrigam ao regresso à escola.

- Os “mestrados” continuam a ser um instrumento que praticamente não chegou à empresas, ou seja, que não são reconhecidos e apoiados pelas administrações na óptica atrás referida de salto de patamar. Existe neste domínio, claramente uma competição com o “poder instituído” na Empresa.

6. Em jeito de conclusão e sem prejuízo do que venha a resultar do debate, gostaria de deixar a seguinte reflexão final.

“As sinergias potenciadas pela aproximação pela aproximação da escola à empresa e da empresa à escola são óbvias e sistematicamente referidas por todos os agentes neste processo.

Os resultados são, no entanto, parcos.

Em minha opinião a dificuldade reside no “processo” e é portanto nesse ponto que os nossos esforços se devem concentrar”.

Senhor Presidente, muito obrigado.

Eng.º João Proença

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Conselho Nacional de Educação e à Comissão Nacional do Ano Europeu o convite formulado para eu estar aqui.

Pretendia lançar algumas questões da perspectiva sindical, que me parecem importantes num debate sobre a ligação educação-mundo de trabalho. À partida, referiria três questões que por vezes se consideram consensuais, mas que, quando analisadas bem de fundo, realizamos não estarem a ser encaradas em todas as suas consequências.

Em primeiro lugar, o facto do papel da educação ser muito mais lato do que a ligação directa ao mundo do trabalho. Aliás, como diz o Livro Branco, a educação e a formação têm com função essencial a integração social e o desenvolvimento individual através da partilha de valores comuns, da transmissão do património cultural, da aprendizagem da autonomia. Está em causa preparar a pessoa para a vida, para a cidadania.

Em segundo lugar, é questão clara que o desenvolvimento económico e social está ligado a um alto nível de educação; as sociedades que avança-

ram bastante são aquelas que, a nível de escolaridade obrigatória e da qualidade do ensino, atingiram altos níveis de educação.

Por último, é por todos reconhecida a importância da educação e da formação como o melhor investimento, fundamental para o indivíduo e para a empresa. Em Portugal questiona-se isso, quer na perspectiva individual, quer na perspectiva empresarial; esse papel fulcral ainda não foi devidamente interiorizado, por motivos múltiplos.

A sociedade encontra-se hoje confrontada com grandes desafios, dos quais o Livro Branco aponta basicamente 3: a globalização, a sociedade de informação e a aceleração da revolução científica e técnica. A grande questão da sociedade da informação é muito falada no Livro Verde sobre a Sociedade de Informação, onde se diz que, num prazo de 10 anos (de 1995 a 2005), as tecnologias vão mudar profundamente, e que, valorizando eventualmente demasiado a ideia, 80% das tecnologias vão ser diferentes no prazo de 10 anos. Ao mesmo tempo, 80% dos trabalhadores que já estão no posto de trabalho vão ali continuar daqui a 10 anos, ou seja, esta mudança tecnológica vai ser baseada em 20% de saídas da escola e em 80% das pessoas que já estão presentemente no mundo de trabalho.

Parece-nos que, associados a estes 3 choques motores, outros há, extremamente importantes e eventualmente não devidamente realçados. Estamos confrontados com uma mudança no mundo do trabalho, no sistema de relações sociais, com o envelhecimento da população, com a grande mudança em termos de factores interculturais e étnicos, a emigração e a imigração, as mudanças do mercado de trabalho, o acesso da mulher ao mercado de trabalho, problemas de igualdade de oportunidades e muitos outros factores. O trabalho está a mudar para melhor e para pior e esse é um factor essencial a ter presente.

A questão do desemprego também não é devidamente valorizada. O desemprego dos jovens até aos 24 anos é mais do dobro do desemprego médio dos restantes trabalhadores e, dos actuais desempregados, 1/3 têm menos de 24 anos. Mais de 21 mil desempregados têm curso supe-

rior, o que evidencia, portanto, a ligação não directa entre o nível superior de formação e a integração no mundo de trabalho.

A rápida mudança científica e técnica, a necessidade de tanto os jovens que estão na escola, como os trabalhadores que já se encontram na vida activa, permanecerem constantemente actualizados questiona a ligação entre a escola e o mundo do trabalho, fundamentalmente nos seguintes 3 níveis:

1. Aprender a aprender. Hoje ninguém sai da escola e permanece toda a vida com o nível de conhecimentos que lá adquiriu. Ou os consegue actualizar ou, de facto, será um excluído. Esta ligação questiona a escola a vários níveis. Tal como o Senhor Ministro referiu, questiona à partida aqueles que nem sequer aprendem, ou seja, os mais de 30 mil que saem por ano do sistema educativo sem sequer terem a escolaridade obrigatória. Questiona também o nível de preparação das pessoas, que tem que proporcionar aos alunos o serem capazes de, durante a sua vida activa, se irem formando e educando. Daí a necessidade de uma formação de base larga e que actue não só ao nível dos conhecimentos, mas também ao nível das atitudes. Nomeadamente, é preciso que a escola desenvolva um espírito de iniciativa e de criatividade, até mesmo espírito de risco.

Hoje muitas vezes se questiona se a escola é melhor ou pior do que há 20 anos atrás e os nossos empresários relembram bastas vezes as antigas escolas comerciais e profissionais. É uma velha e permanente questão; já Platão dizia que a escola antes dele era melhor do que a dele... É evidente que para nós a escola hoje é muito melhor do que a escola de há 20 anos e esta imagem da má qualidade da escola que por vezes se vende é sempre a imagem da outra escola, não a da escola com que estamos em contacto directo. Se perguntarmos aos pais se consideram que os professores dos seus filhos se preocupam com os seus alunos e são amigos deles, a sua imagem normalmente é positiva. A imagem geral é que é por vezes negativa...

A escola hoje prepara melhor porque é melhor o nível de escolaridade obrigatória, mas também porque é melhor o nível de preparação

científica, técnica e pedagógica dos professores. Há claramente um aumento da preparação da escola. Registe-se também que os professores, muitas vezes ultrapassando as limitações em termos de meios materiais, têm desenvolvido grandes esforços para ligar a escola ao mundo do trabalho - são as visitas de estudo, o acesso a bibliotecas, a ligação do aprender a ensinar. Contudo, há sempre que exigir mais da escola.

Neste âmbito, saliente-se também a questão que está presentemente a ser abordada, nas sessões em curso da concertação estratégica, da necessidade da escola definir um "core curriculum", um conjunto de matérias e conteúdos que constituam um referencial comum para todos os cursos e vias de formação, mesmo para aqueles que não estejam ligados ao ensino regular, tendo como objectivo de que em 97/98 sejamos capazes de definir e de criar um certo consenso nacional em torno deste currículo, ou seja, a necessidade também de aí nos preocuparmos com o tal aprender a aprender.

2. A escola prepara e dá conhecimentos gerais, mas não responde às necessidades do mundo de trabalho, questão sempre colocada. É o velho problema se na escola se tem que ir muito longe em termos de qualificação ou se essa qualificação se obtém fora dela, prestando a escola sobretudo uma formação científica e técnica. É uma velha questão hoje e era uma velha questão há 20 anos atrás. Lembro-me que, quando andava no Técnico, se discutia a ligação entre os conhecimentos gerais e a especialização e o que deveria ser verdadeiramente a preparação para a integração na empresa.

Neste quadro, parece-nos que há que reconhecer que todo o jovem saído do sistema educativo deve ter direito a pelo menos um ano de formação qualificante. Hoje já há respostas a nível do ensino secundário, as escolas profissionais, a aprendizagem, a via tecnológica, há respostas evidentes a nível do ensino superior, mas muitos jovens, e não só os que abandonam o ensino sem escolaridade obrigatória, entram na vida activa sem qualquer formação qualificante. O direito à formação contínua é um direito fundamental.

Há que sublinhar também o velho problema da orientação e da certificação, que continua sem resolução. O papel da orientação profissional, tem necessariamente a ver com o ajustamento entre o que a escola oferece e o que o jovem precisa de acordo com a procura do mundo do trabalho. Há claros desajustamentos, sobretudo visíveis em termos de universidade. O jovem entra na universidade raramente para o curso que escolhe por vocação e a universidade preocupa-se muito pouco com o futuro dos jovens que forma, na medida em que há um desajustamento claro entre os cursos que lecciona e as necessidades do mundo de trabalho. As universidades muitas vezes preparam os cursos de acordo com o que os professores consideram melhor, por interesses muitas vezes pessoais, ou aqueles que são mais lucrativos.

Há que procurar um melhor ajustamento, que passa também por uma gestão provisional das necessidades do mundo de trabalho, gestão essa que não está minimamente feita na sociedade portuguesa, nem a nível geral, nem a nível das empresas. As empresas não sabem o que querem em termos dos recursos humanos que precisam daqui a 3 ou 6 anos e continuam na atitude cega de não fazer uma gestão provisional desses recursos, insistindo na formação profissional avulsa, desligada de um plano de formação anual ou plurianual, que, esse sim, é de facto base fundamental para a tal gestão provisional a nível nacional. Também continua por resolver o problema de certificação das qualificações adquiridas no sistema formal ou no sistema não formal de formação e, sobretudo das qualificações obtidas no mundo do trabalho.

Quanto à qualificação obtida na escola, muitas vezes ouvimos os empresários dizer que as antigas escolas comerciais e industriais é que eram boas, como há pouco foi referido. Se fizermos hoje o balanço da tal necessidade de aprender a aprender ao longo de toda a vida activa, verificamos claramente que as antigas escolas comerciais e industriais hoje já não tinham razão de ser. Hoje existem outras escolas que procuram dar resposta à necessidade de qualificação inicial, nomeadamente as escolas profissionais.

Em conclusão, há um mundo em mudança e há necessidade de acompanhar e de preparar para essa mudança, o que deve ser possibilitado por um ensino lato e por uma qualificação inicial no sistema educativo.

3. A integração no mundo do trabalho, para a qual hoje a escola não prepara. É necessário que a escola dê a conhecer aos jovens os seus direitos, a realidade associativa com que vão ser confrontados no mundo do trabalho, incluindo a realidade sindical, e que também dê a conhecer a realidade da empresa.

É necessário, também, que os nossos empresários não entendam a ligação entre a escola e o mundo do trabalho como uma relação unilateral, em que eles determinam as suas necessidades, mas em que não há interacção com a escola, materializada nomeadamente em termos de pouca oferta de estágios e na questão essencial da dificuldade de integração dos técnicos nas empresas portuguesas, o que justifica os mais de 21 mil jovens com curso superior que não encontram emprego. É um número que está a aumentar e que no último ano aumentou até mais do que o nível médio de desemprego. Tê-nhamos essa questão presente.

Ainda no que respeita à integração no mundo do trabalho, há que ter bem presente que se o jovem ao sair da escola não encontra um emprego, começa aí uma desvalorização profissional e uma acrescida dificuldade futura deste evoluir em termos da carreira profissional. Tem que haver uma resposta muito mais rápida entre a saída da escola e a entrada no mundo do trabalho, que tem que ser muito menos precária, porque realmente um alto nível de precariedade é justamente a antítese da integração e da valorização profissional.

Duas últimas referências rápidas, ao diálogo social e à dimensão europeia.

Discutir a ligação entre a educação e o mundo do trabalho implica discutir o diálogo social a vários níveis. Começa na escola, desenvolve-se depois a nível sectorial e a nível nacional e a experiência do Conselho

Nacional de Educação é extremamente rica. Faz-se diálogo social também no quadro da concertação estratégica e há, ainda, o diálogo social europeu. A grande dificuldade normalmente é integrar estes vários níveis de diálogo e coordenar as intervenções aos diferentes níveis. Em Portugal as próprias dimensões educação e educação-formação são complicadas e aparecem muito divorciadas.

Quanto à dimensão europeia, rejubilamos que tenha surgido este Livro Branco. Questiona realmente o desenvolvimento da educação e formação a nível europeu, educação e formação ligadas ao emprego e como instrumento fundamental para o emprego.

Que esta discussão de facto introduza a dimensão da educação, formação e emprego a nível europeu. A dimensão nacional hoje não é suficiente para dar resposta a estes problemas. É necessário respostas a nível superior e nomeadamente a nível comunitário. Mas só há resposta a este nível se houver instrumentos e meios de nível comunitário e isso implica, nomeadamente, no quadro da discussão em curso da reforma dos tratados da União Europeia, que o emprego seja tratado de um modo completamente diferente, em moldes paralelos aos da União Económica e Monetária.

Fazemos votos para que a discussão em torno da educação, da formação e da necessidade de reforçar as políticas europeias nestas áreas seja interligada com a necessidade da União Europeia ter nesse âmbito uma intervenção muito maior e correspondentes meios financeiros.

Manuel Carvalho da Silva

Ao Conselho Nacional de Educação, à sua Presidente e aos organizadores em geral, o nosso sincero obrigado pelo convite, pela oportunidade de vir aqui partilhar convosco esta reflexão.

Trazia para este contributo uma ideia que foi aqui já reforçada. Não falarei das propostas pontuais que a central de que faço parte apresenta como soluções para os problemas do ensino, da educação e da formação. Tenho comigo um documento a esse respeito elaborado esta semana, que deixarei aos organizadores. Trata-se de uma evolução resultante da inscrição das nossas orientações estratégicas assumidas em congresso ainda este ano e também dos contributos diversos que surgiram na discussão do processo recente da concertação estratégica. Contem ainda um conjunto de orientações e de ideias a nível da União Europeia. É um documento um pouco extenso, 10 páginas; as nossas propostas e receitas serão muitas vezes repetidas, como é natural, em relação a muitas outras organizações, mas desejava que, se possível, fossem conhecidas dos participantes no seminário.

A reflexão que aqui procurarei introduzir funda-se na intervenção que a CGTP procura levar a cabo de crescente atenção aos problemas desta importante e estratégica área. A sua discussão tem vindo a crescer de forma objectiva, tanto na abordagem dos problemas como em qualidade, do nosso ponto de vista, e procura dar sinal da necessidade de atenção que os trabalhadores têm que dispensar aos problemas do ensino, da educação, da formação. Sendo esta uma área estratégica no âmbito de uma central sindical, tem que haver posterior consonância no seu plano de acção. Reconhecemos que por parte dos sindicatos há atrasos significativos na assunção no terreno desta definição de prioridade atribuída à área.

A acção da central resulta também de experiências concretas. Somos promotores de uma escola profissional, a Escola Bento de Jesus Caraça, num protocolo com o Ministério da Educação, na altura assinado por mim e pelo Dr. Joaquim Azevedo, Secretário de Estado nessa fase. É uma escola de extensão nacional, com 900 alunos e 9 extensões, gozando um sucesso muito significativo, referenciada no plano nacional e já abordada a nível de observações comunitárias.

Temos a relação entre dimensão de apoios à formação e número de formandos mais rentável deste país. Não há nenhum parceiro social

que tenha uma relação tão vantajosa. Não temos grandes problemas e isso também nos dá alguma experiência nesta área.

Preocupam-me outras questões.

Como sindicalista, nos tempos recentes analiso o comportamento da sociedade e vejo sinais crescentes e preocupantes de convicção, por parte de grande fatia dos empresários dominantes deste país, de que o projecto de futuro de Portugal assenta na continuação do retirar vantagens de uma mão-de-obra barata, pouco qualificada e desprovida de direitos. Analisámos nos últimos dias o aumentar de processos de despedimentos colectivos e, em muitos deles, a razão que os fundamenta, não tenhamos dúvidas, é a eliminação de postos de trabalho estáveis, substituindo-os por postos precários e menos qualificados. Poderei dar exemplos se for interrogado a esse respeito.

Todos temos indicações de que o percurso de Portugal para a entrada na 3ª fase da União Europeia, com a moeda única, tem como componente retirar vantagens de uma atracção maior de capital estrangeiro. É um objectivo natural e justo. Mas vejamos, o capital estrangeiro que se está a dirigir para cá - e comentários recentes sobre esta matéria não deixam grandes dúvidas - orienta-se prioritária e esmagadoramente para a retirada de vantagens de mão-de-obra barata. Quando muito, consideram extremamente positiva a relação entre custos e qualificação, mas no essencial trata-se disso. Há casos gritantes! O que se passa na Ford Electrónica é um exemplo da forma como o capital estrangeiro está a tratar Portugal. Não admitem presentemente trabalhador nenhum com um contrato de dimensão superior ao período que sabem ser o da manifestação de uma doença profissional, a tendinite, aí tão falada e que já atinge cerca de 520 trabalhadores neste momento.

Estamos perante um avolumar dos problemas do ensino, com manifestação de dificuldades e entraves em todo o sistema e também na área da formação profissional. Nós somos dos que dizemos há muito tempo que uma das perdas maiores nos últimos 10-15 anos foi precisamente o não se responder aos desafios do ensino e da educação.

Considere-se, ainda, que a relação com um modelo de desenvolvimento passa por mexer na educação, na formação, em todo o sistema de ensino, mas todos sabemos que as grandes reformas são longas, demoram muito tempo e não dão votos no imediato, problema muito complicado, independentemente de quem está no Governo num determinado momento. Como é que a sociedade portuguesa, que está perante um cenário já aqui caracterizado de mutações muito grandes no sentido qualitativo vai continuar a assistir a implicações contraditórias do processo de globalização?

Posto isto, o que é a sociedade de futuro?

Pensamos que ela continuará a ter o trabalho como uma actividade humana valorizada e que o trabalho assalariado continuará, indiscutivelmente com mutações, interrogamo-nos contudo grandemente se em proporções mais diminutas, como alguns prognosticam.

O trabalho com mutações múltiplas coloca desde logo dois desafios - a preparação do jovem para obtenção de uma primeira profissão e a sua simultânea preparação para ao longo da vida enfrentar mudanças. Sobre isto tudo o que se diz é importante, mas não há certezas e é difícil havê-las.

Não há um caminhar que afirme a dignificação do trabalho e esperamos que a insistentes reclamações junto da União Europeia a leve a adoptar opções que valorizem mais o emprego. Para nós, organização sindical, reflectimos sobre isto tudo na constatação de que ao longo do tempo não fomos nós que determinámos a situação, já que não tivemos mecanismos para definir os modelos de trabalho. Muitas vezes fazem-se apreciações acerca do conservadorismo do pensamento dos sindicalistas, que não vêem necessidade de mutações... Os sindicatos têm já um significativo percurso e não foram eles que andaram a reivindicar o uso dos processos tayloristas até à exaustão; fomos forçados a conviver com eles e a assumi-los na altura como os melhores processos existentes... Portanto, há muito a reflectir sobre a questão para encontrarmos os caminhos que, com a participação de todos, possam conduzir a algumas soluções lógicas.

No meu ponto de vista, há algumas quebras efectivas no gosto por aprender, a que já ouvimos referências, e o Senhor Ministro também passou por elas. Considero que há aqui um problema de fundo essencial, que é a relação entre informação e participação. O que é o ser humano e o que é a sua dimensão global? Não há, do nosso ponto de vista, informação plena que distancie o indivíduo da interação com os outros e da recolha de aspectos que muitas vezes só pela proximidade física são perceptíveis. Como é que a escola se estrutura para responder a alguns destes aspectos? Se bem que todos teremos a nossa leitura, observamos que hoje há um défice enorme de participação dos indivíduos na sociedade e há uma ilusão de participação na maioria dos seres humanos.

Para me encaminhar para o fim desta intervenção, apontaria 3 pontos sensíveis onde se manifestam dificuldades no mundo do trabalho.

1. Dificuldade no acesso ao emprego. Não falando exclusivamente de Portugal, neste momento há milhões de jovens com formação escolar e sem condições de acesso ao emprego. A escola tem que reflectir profundamente este acesso.
2. A constatação da necessidade de uma formação contínua ao longo da vida, o que implica uma discussão numa outra dimensão.
3. Como conseguir uma saída precoce do mundo do trabalho. Não acreditamos que possa haver soluções como neste momento, que os trabalhadores aceitem que aos 45, 50, 55 anos de idade deixem de ter condições para continuar a dar a sua prestação. Já não sou muito jovem mas ainda tenho um relativa dose de juventude e ainda hei-de assistir com algum gozo a alguns dos protagonistas dos discursos liberais da actualidade responderem politicamente à sociedade quando os bloqueamentos se começarem a manifestar em pleno. Felizmente a esperança de vida aumenta e é impensável que as mulheres e os homens desta sociedade se venham a submeter a um processo de abandono e, portanto, de afastamento da sociedade. Por outro lado, não há soluções com quebra de solidariedade; as receitas que se procuram impor de que os que vêm podem ficar com condições in-

feriores aos que estão é um absurdo em absoluto, é a quebra da base da solidariedade e isto para um sindicalista é muito sentido, porque o sindicalismo foi sempre construído no sentido inverso, no sentido da promoção da solidariedade.

Também foi referido que os países que experimentam mais progresso económico e social são os que têm a população mais escolarizada e os recursos humanos mais qualificados. Estamos perante este conjunto de problemas, mas acima de tudo, no que concerne à aprendizagem ao longo da vida, nós dizemos que é preciso começar a operacionalizar estas questões.

Em relação à formação contínua, ela é um direito e um dever de 3 actores:

- próprio. Uma referência ao Livro Branco da Educação, que põe um acento forte na trajectória individual de formação, mas que depois não encaminha as soluções de apoio neste sentido e, portanto, se as coisas não se coadunam não há incentivos ao próprio para fazer a sua formação.
- A empresa. É preciso uma nova cultura empresarial, mas estamos a andar ao contrário, pois as empresas neste momento reclamam predominantemente que o Estado forneça tudo, o que é uma subversão do caminhar das coisas. Podemos discutir a forma do desenvolvimento da formação, questão já abordada pelo Eng. Todo Bom, o que se dá na escola, o que é a formação na empresa.
- Uma sociedade interessada na formação contínua.

O sistema tem que ser visível, transparente, gerido com clareza e há todo um conjunto de outras áreas que será necessário discutir, por exemplo a possibilidade de cursos pós-laborais. Há que criar os tais indicadores que levem a desenvolver o gosto por aprender. Na situação presente esse gosto dificilmente se observa. Companheiros meus que estudam à noite relatam que no início do ano as turmas têm 40-45 alu-

nos, ao fim de dois meses estão reduzidas a dúzia e meia e ao final do ano chegam apenas uma dezena de alunos.

Como se pode falar em gosto por aprender quando as dificuldades são enormíssimas?

Dr. Joaquim Azevedo

Antes de avançarmos para os comentários, destacaria apenas um pequeno pensamento de cada uma das intervenções.

Em relação à primeira: é preciso discutir o processo, o como fazer, e tentar dar valor ao efeito de demonstração de pequenas iniciativas.

Quanto à segunda: cresce o desemprego de diplomados e o problema de jovens qualificados nas empresas também ganha outra dimensão.

Finalmente, na terceira: os nossos empresários continuam a apostar num modelo de mão-de-obra barata, desqualificada e desprovida de direitos.

Dou agora a palavra à Dr.^a Margarida Marques.

Dr.^a Margarida Marques

Queria começar por agradecer, o convite que me foi feito para participar neste debate em representação da Comissão Europeia. Como membro da *task force* responsável no âmbito da Direcção-Geral de Educação, Formação e Juventude pelo desenvolvimento do objectivo 2 do Livro Branco - aproximar a escola da empresa -, este debate é para mim particularmente importante pelas contribuições que possa dar, já que

surge na sequência de todo um conjunto de debates que se têm vindo a realizar, quer em outros Estados membros da União Europeia, quer ao nível comunitário.

Na sequência destas 3 intervenções, anotei alguns pontos.

1º - O conceito de educação e formação ao longo da vida. Todos estamos conscientes e no diagnóstico que fazemos estamos mais ou menos de acordo que, atendendo à forma como as nossas sociedades têm vindo a evoluir, a formação se insere num contexto de futuro incerto. Em torno disto há um certo consenso e, ao mesmo tempo, afirma-se consensualmente que o conceito de educação ao longo da vida é a chave de entrada no séc. XXI.

2º - Onde eventualmente não existirá ainda um consenso, ou onde há ainda um campo muito profundo de discussão, é sobre o que significa esta ideia de educação e formação ao longo da vida, por um lado e, por outro lado, quais são as responsabilidades e os desafios em torno desta ideia.

Iria procurar contribuir para o debate em torno desta segunda questão. O princípio da educação e da formação ao longo da vida gera, por um lado, maiores responsabilidades junto dos sistemas de educação e formação, mais acentuadas nos sistemas e nos dispositivos de formação inicial, situem-se eles do lado das Administrações de educação ou do lado das Administrações da qualificação e emprego (no caso português, os cursos tecnológicos, as escolas profissionais ou sistema de aprendizagem), na medida em que o sistema de educação e formação inicial deve contribuir para criar nos indivíduos esta ideia do gosto por aprender, do aprender a aprender, da necessidade de aprender ao longo da vida.

Por outro lado, coloca um conjunto de exigências ao sistema económico, designadamente às empresas, na medida em que estas devem facilitar aos trabalhadores as condições para que eles possam aceder à formação ao longo da sua vida activa. Não basta fazer um discurso unânime em torno desta ideia, é necessário que analisemos quem são os actores que devem intervir e que "distribuição de responsabilidades" decorre

desta afirmação. De facto, esta responsabilidade das empresas de proporcionar aos seus trabalhadores as condições para o exercício do direito do acesso à formação decorre também desta ideia da educação e formação ao longo da vida.

3º - A disponibilidade das empresas relativamente aos seus trabalhadores é associada à ideia de que tal permite ajudá-las a transformarem-se em organizações formativas. Quero dizer com isto que a organização da formação por parte da população activa gera exigências às empresas, mas também cria benefícios, na medida em que as empresas, enquanto espaços de formação, devem ter a capacidade de sistematizar as competências que lhe advêm pelo facto de oferecerem formação e de as assimilar, transformando-se elas próprias em organizações formativas, ou seja, enquanto espaços onde se aprende e onde se ensina. Esta questão é particularmente importante se pensarmos na investigação, inovação tecnológica e na introdução de novas tecnologias e em que medida as empresas podem beneficiar da cooperação com a escola, designadamente neste campo com as universidades.

4º - o princípio da educação e formação ao longo da vida é mais exigente para os indivíduos na medida em que os obriga a terem capacidade de gerir o seu próprio percurso pessoal e profissional, e daí o seu percurso formativo ao longo da vida activa. Não basta dizer que a educação e a formação ao longo da vida é um princípio em que nos devemos apoiar, não basta que o sistema de formação inicial prepare os indivíduos para esta ideia de educação e formação ao longo da vida, é necessário que o indivíduo seja capaz de gerir o seu próprio percurso formativo ligado ao seu percurso profissional.

5º - Gostaria de levantar uma questão, à laia de reacção a uma intervenção do Eng. Luís Todo Bom: num problema da desconfiança das empresas relativamente à escola, mas eu acrescentaria o problema de desconfiança da escola relativamente às empresas. Como contribuição para este debate, avançaria com a ideia do desenvolvimento de uma cooperação mais estreita e sistemática entre o sistema educativo e o sistema económico e social, uma cooperação mais estreita e sistemática entre a

escola e a empresa no desenvolvimento de parceriados entre ambas que assentem no princípio da corresponsabilização. O Eng. Todo Bom falou no princípio da credibilidade. Eu contraponho para o debate a ideia da corresponsabilização.

Tal como foi dito, há consenso relativamente aos objectivos; penso, no entanto, que a forma de desenvolvimento deste tipo de parceriados ou deste tipo de parcerias assume consensos diferentes quando se trata de formação contínua ou quando se trata de formação inicial, ou seja, se do lado das empresas há a ideia, em desenvolvimento, que os parceiros sociais têm um papel importante no que respeita à formação contínua, no que diz respeito à educação e formação inicial há ainda um debate muito acentuado e necessário a aprofundar.

Estou de acordo com que uma das bases fundamentais desta parceria tem que assentar na discussão do processo, ou seja, o parceriado não existe porque existem objectivos comuns, é necessário que assente num processo de clareza, de transparência, de negociação sistemática, de assumir de objectivos e de negociação de objectivos, porque à partida os sistemas de referência em que se apoiam os sistemas de educação e as empresas são diferentes. Muitas vezes os próprios conceitos, quando usados do lado do sistema educativo ou quando usados do lado da empresa, estão subjacentes a ideias diferentes.

Na linha das 2 observações anteriores, acrescentaria a ideia de transformar a empresa em organização formativa enquanto benefício que esta pode retirar da cooperação com a escola. Para isso é necessário que o processo de parceria assente numa negociação sistemática, na medida em que a escola e a empresa são espaços complementares de aquisição de competências. Por exemplo, quando se fala na realização de estágios ou de programas de cooperação entre escolas e empresas para licenciados, para alunos do ensino superior, alunos de escolas profissionais, etc., transmite-se uma imagem pública que em termos de marketing tem um certo significado e é bem recebida; no entanto, ela tem que assentar necessariamente em processos de negociação no sentido de que os objectivos da formação, os objectivos dessa cooperação, os objectivos dos

estágios sejam clarificados. É exactamente este processo de negociação que ajuda a clarificar os benefícios do lado da empresa e do lado da escola.

Quanto aos benefícios por parte da escola, gostaria de utilizar exactamente o mesmo título que utilizei relativamente à empresa, ou seja, enquanto organização formativa. A questão que se coloca é até que ponto a escola consegue ser ou é uma organização formativa no sentido de organização que ensina e aprende.

À partida a resposta parece clara, porque a escola ensina e aprende, mas se olharmos para a escola enquanto organização, ou seja, se olharmos para o modelo de organização no qual ela se apoia, colocamos imensas interrogações e algumas respostas pouco entusiasmantes sobre até que ponto a imagem de organização que a escola transmite é a imagem que o aluno vai encontrar à saída da escola, quando entra no mercado de trabalho.

Teceria uma outra observação relacionada com a afirmação do Eng. João Proença, com a qual estou completamente de acordo, de que os custos da educação e formação têm que ser encarados como investimento, afirmação que está profundamente ligada ao 5º objectivo do Livro Branco "Ensinar e Aprender - Rumo à Sociedade Cognitiva", que propõe que se trate em igual plano o investimento físico e o investimento em formação. Penso que este é um esforço muito grande que deve ser feito em Portugal e relaciona-se com o recurso ao financiamento da formação profissional pelo Fundo Social Europeu.

O facto de nos últimos 10 anos o financiamento da formação profissional assentar de forma significativa nas verbas do Fundo Social Europeu tem dificultado a clarificação do princípio de quem paga a formação. Quem paga a formação em Portugal não é apenas o Fundo Social Europeu, mas também os trabalhadores e os empresários, porque este financiamento d FSES pressupõe uma contribuição nacional, na qual participam os trabalhadores e os empresários.

Do meu ponto de vista, a clarificação e a visibilidade das diferentes participações no financiamento da formação profissional seria pedagógica tendo em vista o futuro próximo. Não sou das pessoas que acha que a formação profissional em Portugal depois de 1999 vai deixar de ser financiada; depende obviamente das prioridades do governo português e depende dos novos regulamentos dos Fundos, mas está fora de causa que a formação continue a ser financiada pelo Fundo Social e que este continue a existir. De qualquer forma, é extremamente importante que esta clarificação se dê, no sentido de evidenciar participações dos diferentes intervenientes na formação profissional, no sentido de perceber qual é a estrutura de financiamento, tendo em conta o futuro da formação profissional em Portugal. De certeza ninguém pensa que um dia, numa das próximas décadas em que o Fundo Social Europeu (com este nome ou com outro...) deixe de existir, deixe de existir formação profissional em Portugal.

Um último ponto, simultaneamente conceptual e de lobby. Estou de acordo quando se diz que é necessário, no âmbito da revisão do Tratado e dos novos tratados, valorizar o emprego, que este desempenhe um papel efectivo no novo tratado e que a educação e formação devem aparecer associadas na perspectiva sistémica educação-formação-emprego. A educação e a formação contribuem para o emprego, sem dúvida, devem ser discutidas quando se discute o emprego, dito de forma redutora, mas têm, outras funções que estão ligadas ao modelo de sociedade, à cidadania, à evolução das cidades europeias e à cultura europeia subjacente a cada uma das sociedades. Têm cidadania própria. Daí eu dizer serem simultaneamente conceptuais e de lobby, porque ao abordar ou integrar num tratado de uma forma sistémica a educação, formação e emprego corre-se o risco de considerar que a educação e formação são função do emprego. Retirar do tratado os artigos 126 e 127, uma conquista de Maastricht, que são os dois artigos que prevêm o desenvolvimento das políticas de educação e das políticas comunitárias de formação parece-me um erro e um retrocesso relativamente às evoluções e progressos dos últimos anos.

Muito obrigada.

Dr. Joaquim Azevedo

Vejo-me um pouco constrangido a ter que dar sensivelmente o mesmo tempo ao Prof. Rui Canário.

Aviso que a Dr.^a Margarida Marques se vai ausentar já, porque tem que se deslocar, e o Eng. Todo Bom vai ter que sair dentro de 1/4 de hora, portanto estamos a ficar um pouco minguados. Peço a compreensão de todos.

Prof. Doutor Rui Canário

LIVRO BRANCO: UMA VISÃO FUNCIONALISTA DA EDUCAÇÃO

De acordo com aquilo que me foi pedido, procurarei ser o mais sintético possível, e que significa que vou enunciar algumas ideias, mas não terei possibilidade de as desenvolver ou de argumentar como gostaria.

Como ponto central deste comentário, e no sentido de contribuir para a discussão que se vai seguir, julgo que a questão essencial é que neste, como noutros debates da mesma natureza, se parte do pressuposto de que sobre a educação há um grande consenso, e as divergências diriam respeito a meras questões de pormenor. Há a ideia, que regra geral não é posta em causa, de que toda a gente está de acordo com o que diz o Livro Branco, publicado pela Comissão Europeia (“Ensinar e Aprender, Para uma Sociedade Cognitiva”) e com os seus grandes propósitos, a educação e a formação ao longo da vida.

Eu penso, e lanço esta ideia para o debate, que o Livro Branco exprimindo um ponto de vista possível, condiciona fortemente a discussão sobre a questão da educação e da formação ao longo da vida. Há outros pontos de vista, e na minha perspectiva, é essencial reequacionar o problema da educação e da formação ao longo da vida noutros termos. As-

sim, diria, correndo até o risco de exagerar um pouco, que, no essencial estou em desacordo com o Livro Branco.

Porquê? Acho que este documento, tal como a generalidade dos documentos produzidos ao nível da Comunidade Europeia, traduz uma sobredeterminação dos problemas da educação por uma lógica económica, e tendencialmente reduz a formação à formação profissional, tendendo a subordinar a formação profissional à lógica económica, em particular à lógica do mercado.

Julgo que esta visão condiciona de uma maneira muito clara o debate e julgo que temos de começar a discutir o próprio fundamento desta visão, que é uma visão redutora, muito pobre e que está muito longe daquilo que foram os ideais do movimento de educação permanente no início dos anos 70. Julgo que aí encontramos um pensamento sobre a educação que era estratégico, mas que, por isso mesmo, era também um pensamento crítico, de ruptura e assumidamente utópico no sentido de nos poder guiar em relação ao futuro. documentos como o que estamos aqui a discutir não representam, a meu ver, uma “actualização” da educação permanente, exprimem precisamente a “erosão” sofrida por esses ideais nos últimos vinte e cinco anos.

Poderia dar alguns exemplos para sublinhar esta subordinação à lógica económica e esta visão funcionalista que o Livro Branco tem da relação entre a educação e o trabalho. Aliás, esta expressão escola e mundo do trabalho ou educação e mundo do trabalho não é valorizada no Livro Branco, mas sim a ideia da aproximação entre escola e empresa. Essas duas coisas são muito diferentes e estou mais interessado em discutir a relação entre a escola e o mundo de trabalho, o que não significa que não tenhamos muitas coisas interessantes e pertinentes para discutir do ponto de vista operativo no que respeita à relação entre escola e empresa. Neste, como noutros temas, julgo que a nossa atitude não deve ser apenas a de tentar “enriquecer” um documento, que é o Livro Branco, ou discutir como é que tornamos operativas as suas ideias, mas, principalmente, ir mais longe e discuti-lo nos seus próprios fundamentos.

Esta visão funcionalista da formação e da educação, posta ao serviço da resolução de problemas de natureza económica segundo uma lógica de mercado, exprime-se, por exemplo, ao modo como no Livro Branco se valoriza o “desenvolvimento da cultura geral”: ele é aí considerado como “o primeiro factor de adaptação à evolução da economia e à do emprego”, enquanto que a importância de “uma base cultural sólida e larga” é justificada por ser “um ponto de passagem necessário para a reconversão profissional de assalariados pouco qualificados ou muito especializados”. A mesma visão estava já presente em documentos anteriores, nomeadamente numa decisão do Parlamento Europeu (23 de Outubro de 1995) em que se afirmava: “a educação e a formação contribuem incontestavelmente para relançar o crescimento, restaurar a competitividade e restabelecer um elevado nível de emprego”. Por seu turno, o Comité Económico Social (em documento de Julho de 1996) é ainda mais directo, defendendo “uma escola em sintonia com as actividades económicas”.

O reconhecimento da dominância desta perspectiva funcionalista encontramos-a, ainda que de uma forma bastante moderada, no documento produzido (em Maio de 1996) pelo Conselho de Ministros da Educação, ao reconhecer que: “O Livro Branco pode dar a impressão de que a tónica é posta (se não exclusivamente, pelo menos essencialmente) no aspecto económico da actividade humana”. Por sua vez, o Comité das Regiões produz uma crítica mais clara e directa: “O Livro Branco centra a sua atenção na criação de emprego e na melhoria das perspectivas de emprego das pessoas. Embora reconhecendo a importância deste objectivo, o Comité das Regiões entende que a nova sociedade cognitiva não poderá ser construída primordialmente com base no desenvolvimento da capacidade das pessoas para a actividade económica”.

Esta minha visão crítica, em relação a estes objectivos e a esta tónica geral da União Europeia relativamente às questões educativas, não decorre de uma defesa do *status quo* nem de uma visão idealizada e optimista em relação à instituição escolar. Julgo que esta questão da relação

entre a escola e o mundo do trabalho é realmente central para repensar os sistemas escolares. O que discordo é da perspectiva instrumental. Por outro lado, considero que se trata de uma questão que não diz respeito somente ao período de tempo situado entre o fim da escolaridade básica e o princípio do ensino superior. Não é exclusivamente aí que se coloca o problema da relação entre a escola e o mundo do trabalho. A questão atravessa todos os níveis de ensino desde o básico ao superior. Para ser breve, e porque tenho uma visão fortemente crítica em relação à instituição escolar e à necessidade da sua transformação, diria que é necessário evoluir de uma concepção de *aprender para trabalhar*, a uma concepção de *aprender pelo trabalho*. Esta é a questão central, se quisermos construir um pensamento prospectivo e estratégico em relação à educação.

Não serei a pessoa mais qualificada para fazer uma análise do ponto de vista do mundo do trabalho, mas em relação a alguns documentos que consultei, penso que não estaremos muito longe da verdade se dissermos que aquilo que hoje caracteriza essencialmente este mundo, no sentido do mercado de trabalho numa economia mundializada, é haver menos emprego, mais riqueza e mais desigualdades.

O desemprego cresce nas sociedades mais escolarizadas, o que mostra que não há uma relação linear entre mais formação e mais emprego. Por outro lado, o desemprego tende a tornar-se não um factor conjuntural, susceptível de ser resolvido com algumas medidas imediatas, ou esperando o relançamento da economia a curto prazo, mas sim um factor estrutural e característico das nossas sociedades.

Segundo dados citados por Rifkin, no seu livro "O fim do trabalho", o salário médio nos Estados Unidos diminui de 20% em termos reais entre 75 e 95. Durante estes 20 anos a riqueza produzida em cada ano aumentou cerca de 3/4. 70 destes valores, acumulados em termos de crescimento do PIB foram apropriados por 1% dos americanos. A solução liberal "à americana" envolve opções sociais e políticas com um preço muito elevado: mais riqueza e mais desigualdade, quebra acentu-

ada dos salários reais, generalização do trabalho precário, crescimento das manchas de pobreza, crescimento da violência civil.

A revolução tecnológica e informal das últimas décadas e os correspondentes ganhos de produtividade que daí decorrem permitiram o crescimento exponencial das riquezas produzidas, com o recurso a uma mão-de-obra cada vez menos numerosa, e isto de forma simultânea em todos os sectores da economia. O crescimento do desemprego deixa, assim, de poder ser encarado como um acidente de percurso superável pela próxima “retoma”, mas da produção sistemática de uma legião de excluídos do mundo do trabalho que “estão a mais” nas nossas sociedades.

As conclusões que retiraria daqui são as de que há uma ligação muito directa e estreita entre a educação e os problemas aqui enunciados, mas essa ligação está longe de ser útil enquanto ligação utilitária, funcionalista e instrumental para a resolução de problemas, porque o problema do desemprego é uma questão estrutural e corresponde àquilo a que Michel Rocard, num livro recente, chama uma “crise de sociedade”. Evoco este nome, na medida em que é um político sensato, respeitável e respeitado, insusceptível de não ser considerado um europeísta convicto e de não ter simpatia e respeito pelas empresas e empresários. Este autor coloca três grandes questões, fulcrais num debate sobre a questão da educação:

- O primeiro é o problema das desigualdades. Não é a produção da riqueza (como vamos produzir mais), mas sim o modo como a vamos *distribuir* que constitui a questão central. Isto implica colocar em causa quer o modelo de desenvolvimento que tem sido dominante (a que alguns chamam um “suicídio colectivo”), quer o modelo de organização social vigente, variável histórica e portanto mutável
- O segundo diz respeito à necessidade de promover uma redução massiva do tempo de trabalho, com as correspondentes consequências nos modos de vida individuais e sociais.

- O terceiro corresponde a promover o desenvolvimento de valores outros que não os do lucro e da competição. A própria sociedade do futuro, que nós podemos adivinhar e tentar construir, é uma sociedade em que provavelmente as actividades não mercantis vão ter um peso cada vez maior e, portanto, não se organizará de uma maneira estrita segundo aquilo a que chamamos a lógica de mercado. Defende Rocard que os nossos sistemas educativos têm no despoletar destes valores uma responsabilidade absolutamente central.

Para terminar o meu comentário, diria que, do meu ponto de vista, é fundamental ultrapassar esta visão funcionalista, utilitarista e imediata da educação e salientar uma dimensão intrinsecamente política do debate educativo que deve constituir o aspecto mais importante de uma revisitação dos conceitos de educação permanente. Melhor que ninguém, o pedagogo brasileiro Paulo Freire soube exprimir esta dimensão política, a partir de uma crítica radical à concepção “bancária” da educação. É com palavras suas que vou terminar este comentário:

“Transformar o mundo através do seu trabalho, dizer o mundo, expressá-lo e expressar-se é próprio dos seres humanos. A educação, qualquer que seja o nível em que se dê, se fará tão mais verdadeira quanto mais estimule o desenvolvimento desta necessidade radical dos seres humanos, a da sua expressividade”.

Dr. Joaquim Azevedo

Olhando numa visão optimista, como se costuma fazer quanto aos problemas da educação, temos o resto do dia para debater, portanto digamos que não estamos nada condicionados...

Dou desde já a palavra à Assembleia, para iniciar o debate.

DEBATE

Dr. Carlos Chagas

Gostaria de fazer duas reflexões sobre a intervenção do Eng.º Todo Bom.

1. A empresa deve ter hoje uma cultura que implique um maior e melhor investimento na qualidade de formação dos seus trabalhadores e num contexto de interligação Escola-mundo do trabalho e deve traduzir também a implicação da área de investigação e reactivação da inovação de conhecimentos com o meio científico e académico do Ensino Superior.

Poderemos dizer que a empresa deve concertar com as escolas o regresso dos seus quadros e trabalhadores ao novo mundo das mudanças de ideias e desenvolvimento, de forma a investir mais na massa cinzenta, logo no aumento de produtividade, através de novas tecnologias e modelos de organização.

Para concluir, a empresa só ganhará se conceder licenças sabáticas para frequência de especializações ou pós-graduações na escola de forma a aperfeiçoar os seus trabalhos e a repensar também a efectiva ligação ao mundo científico tecnológico das instituições de ensino com a mudança do clima empresarial.

2. A Escola, sobretudo a nível não superior, deve responder no seu desenvolvimento ao aprender pelo trabalho, ou seja ao saber-fazer.

A minha sensibilidade como Professor não compreende como é possível que a escolaridade obrigatória no seu patamar de saída correspondente ao 3º Ciclo, não contenha no seu currículo a obrigatoriedade de uma educação tecnológica. Hoje a mesma, é considerada disciplina de opção.

Haverá que rever esta situação urgentemente, porque é neste período que o jovem faz a sua opção para uma saída profissional ou para uma continuidade de estudos a nível superior, logo tem de fazer uma escolha.

Se não for sensibilizado para o mundo do trabalho pela própria vivência do saber fazer, obviamente ele optaria pela via mais simplista ou seja pela sequência de estudos a nível superior e então teremos mais que 21 000 desempregados licenciados que poderíamos evitar se a escolha fosse conscienciosamente vivida.

Muito obrigado.

Dr.^a Márcia Trigo

Tenho pena que a Dr.^a Margarida Marques e o Eng. Todo Bom já não estejam presentes para nos esclarecerem o desencontro dos seus pontos de vista porque, pareceu-me haver, nalguns aspectos, uma má comunicação entre os dois. O Eng. Todo Bom, segundo me pareceu, referiu a empresa como local de formação e também como contexto de formação, realçando não só as aprendizagens técnico-profissionais, mas, também, a importância da qualidade do clima, da cultura, do ambiente e das relações sociais que se vivem na empresa. Quanto à Margarida, pareceu-me que ela apenas reteve e comentou criticamente o primeiro aspecto do que disse o Eng. Todo Bom, lamentando que outros aspectos formativos não tivessem sido abordados. Eles, agora, não estão cá para dizerem se foi desta ou de outra maneira, mas parece-me importante explicitar que a empresa como local de formação deve ser entendida nos seus múltiplos aspectos: técnicos, tecnológicos, organizacionais, culturais e sociais, e, sempre, no quadro de uma organização que aprende (Learning Organization).

Por outro lado, gostaria de afirmar que gostei muito da intervenção, do Doutor Rui Canário, sobretudo quando enfatiza, na formação dos jovens, a importância de aspectos tais como: as relações sociais entre as pessoas, o trabalho em rede e o trabalho em equipa.

Dr. Salvado Sampaio

Em primeiro lugar queria agradecer a intervenção do Rui Canário e a propósito do Paulo Freire, lembrava que uma vez fui convidado a ir com um grupo buscá-lo ao aeroporto e ele não pôde ficar em Portugal... Figura notável! Tudo o que disse pareceu extremamente bem fundamentado, o que eu não estranho.

É curioso constatar que as intervenções caminharam no sentido de uma teorização e, sem querer fazer apreciações objectivas, diria que a óptica empresarial é diversa da óptica sindical, o que é totalmente compreensível numa sociedade caracterizada pela conflitualidade.

O aspecto do repúdio da rotina vem de há mais de 50 anos e verificamos que os trabalhadores bancários em exercício há 20 ou 30 anos exercem a sua actividade de uma forma muito diferente do que anteriormente. Esse acréscimo de rotina acentuou-se de uma maneira muito profunda e acentuar-se-á com o progresso tecnológico. Portanto, não é uma situação nova.

Congratulei-me com afirmações feitas relativamente à escola. Necessariamente, a escola de hoje é melhor do que há 20 anos. Basta lembrar que há 20 anos ainda havia regentes escolares com a 4ª classe e hoje para se começar a exercer o ensino no 1º ciclo tem que se ter um bacharelato. Independentemente disso. Também a percentagem de professores profissionalizados cresceu, mas concluir dessa melhoria que não há graves dificuldades na escola seria errado. A escola está muito longe de corresponder às necessidades do país.

Muita gente afirma, erradamente, que o 25 de Abril extinguiu as escolas comerciais e industriais. Não o fez. O 25 de Abril entendeu que se devia prolongar a escolaridade única e que essa distinção, feita por factores de natureza social, se deveria realizar após 9 anos de escolaridade. Mesmo já na própria reforma do Prof. Veiga Simão essa distinção far-se-á a partir do 8º ano. Portanto, é uma crítica muito repetida e que não tem sentido, a não ser numa perspectiva saudosista.

Quanto ao projecto dos empresários, refiro um livro de J. K. Gallbraith em que refere que os empresários que se colocam numa linha mais neo-liberal se situam numa posição mais suicidária. Quer dizer que, face às graves dificuldades que surgem no mundo, eles agravam a capacidade de resposta e é curioso que essas forças têm consciência das suas limitações. Há um livro notável a esse respeito, "Os limites à competição, mas com uma falha de respostas objectivas e concretas.

Comento, ainda, que até por efeitos de natureza social e de qualidade de vida é extremamente grave a saída precoce de trabalhadores, problema aqui acentuado.

Para concluir e quanto a uma observação de Carvalho da Silva - comecei a exercer o ensino em 1942/43 numa escola com 70 ou 80 alunos por turma nocturna. Quando fui reclamar junto do director, ele disse-me: "*Deixe estar, que daqui a 5 ou 6 meses a turma está razoável*". A situação manteve-se e continua extremamente grave. Se adequada ao sistema político de então, não está adequada ao sistema de hoje. É extremamente grave que no decorrer dos 80 anos se tenha dificultado o acesso dos estudantes trabalhadores à universidade em cursos nocturnos.

E disse.

Dr.^a Benedita Duque Vieira

Faria uma pergunta ao Eng. João Proença. Disse há bocado que a escola hoje prepara muito melhor porque há uma melhor preparação científica e pedagógica e isto, para quem está no terreno, é muito agradável de ouvir, porque constantemente os professores têm a sensação de que a escola prepara mal. Os dados de que dispõe não podem ser divulgados? Seria uma maneira da escola se tranquilizar, porque afinal não deve ter esse complexo de que prepara mal, visto que a realidade é inversa.

Prof^a. Doutora Maria Teresa Ambrósio

Permita-me que faça alguns comentários deste lado, como pessoa extremamente apaixonada por estes assuntos.

Em primeiro lugar, achei extraordinariamente interessante que se tivesse verificado que nós não considerámos "A escola e a empresa", mas sim "A escola e o mundo do trabalho". Aliás, este painel já é muito grande e tivemos uma certa dificuldade de o alargar, mas penso que no contexto português, se a relação escola-empresa é fundamental por todos os motivos que conhecemos, o mundo do trabalho é muito mais vasto do que a empresa. Quando temos que criar novas condições de emprego, novas transições para outro tipo de sectores, etc., neste "mundo do trabalho" podemos incluir regiões, associações culturais, sociais, etc., que têm algo a dizer na formação ao longo da vida.

Creio, aliás, que este é um tópico que também já a Comunidade Europeia, através das discussões, ultrapassou. Não podemos por este facto diminuir a importância e a especificidade das relações entre empresa e escola, mas temos que a pensar numa perspectiva mais alargada.

Outra coisa extremamente relevante foi dita pelo Sr. Eng. Todo Bom e vale a pena meditar pelo lado do sistema educativo. Disse ele que temos uma certa facilidade na formação profissional inicial, mas que temos muitas dificuldades em relação à formação contínua. Isto significa qualquer coisa, que nós não entendemos ainda, do lado do mercado de emprego, qual é o objectivo da formação contínua e de que como ela pode ser feita. Creio que aqui há desafios enormes ao sistema educativo. O Eng. Proença disse que ficamos sempre pela raiz das coisas. Acho que devíamos avançar muito mais, sim.

O aprender a aprender pressupõe certificação e orientação profissional. Esses instrumentos mediadores entre a escola e o mundo do trabalho são um mundo sem ninguém. Quem é que faz a orientação e a certificação? Há aqui uma terra de ninguém que ninguém assume, porque não está atribuída a nenhum ministério ou, se está, é um ponto funda-

mental, sem o qual não é possível fazer a trajectória pessoal que se pretende com a educação permanente.

Manuel Carvalho da Silva disse algo que, parecendo contrário, vai na linha da objecção que Rui Canário levantou. Quando disse que hoje não interessa para o trabalhador nem para a pessoa apenas a informação, mas também a participação, percebo nitidamente que ele apõe educação-informação, educação no sentido de formação do cidadão com direitos e deveres.

Os documentos de que Rui Canário se serviu são reais... Aliás, a heterogeneidade de pontos de vista dos documentos que estão na base desta resolução do Conselho Europeu é patente e creio que se pode verificar que já começa a surgir uma correcção de uma lógica primária, económica, de mercado, por aquilo que se chama a lógica da cidadania. Lamento não estar aqui presente o Senhor Ministro da Educação para os referenciar, mas creio que há muitos documentos que vão ser apresentados no próximo Conselho de Ministros da Irlanda sobre a necessidade absoluta de não ver as propostas e resoluções de educação ao longo da vida apenas na lógica da construção de um mercado comum, mas na lógica da construção do modelo democrático da União Europeia. Creio que a lógica da cidadania é qualquer coisa que entra na visão teórica da educação permanente, isto é, a educação da pessoa enquanto individuo que tem uma voz activa na construção da sociedade.

Este é um tipo de contribuições a cuja discussão poderemos chegar um pouco mais aprofundadamente, não criando resistências a qualquer coisa que está em marcha, porque, como disse Margarida Marques e já ouvi isto a Joaquim Azevedo talvez há um ano, ainda não conseguimos obter o significado completo do conceito de educação ao longo da vida.

Ele implica uma mudança do conceito de educação e formação e estamos tão habituados às nossas práticas e aos nossos processos educativos, que nos custa compreender o que é essa evolução. Podemos partir do lado de algumas experiências de empresas qualificantes na tentativa de saber como é que se aprende através da experiência do trabalho e como o trabalho é fonte de conhecimento e de formação. Ou podemos partir

do lado das competências, aqui não falado, e pela formação das competências no percurso profissional, compreendendo como essa formação se faz ao longo da vida e como pode ser creditada para além dos diplomas dos saberes. Se o fizermos, creio que damos saltos qualitativos significativos do que é este conceito de educação e formação ao longo da vida, de que estamos longe de apanhar todo o significado.

Esta é uma meditação que tem muita importância, nomeadamente para o Conselho Nacional de Educação.

Muito obrigada.

Dr. Joaquim Azevedo

Também me apetecia intervir, mas estou aqui numa posição muito delicada.

Dou a palavra aos dois intervenientes presentes, uma vez que o Prof. Rui Canário não pretende usar dela.

Eng. João Proença

Acho que a assistência fez comentários, mais do que propriamente perguntas, que valorizaram muito o debate desta matéria. Assim, teceria algumas considerações relativamente a questões suscitadas.

Parece-me que, de facto, a escola prepara melhor nos dias de hoje. Nós podemos discutir se o nível de um engenheiro hoje é melhor do que há 20 anos, mas não podemos discutir que hoje há um nível de escolaridade obrigatória muito superior e que a escolaridade média é muito supe-

rior, o que dá como resultado uma educação de base muito melhor do que há 20 anos atrás. A insatisfação pelo nível da escola começa pelos professores, necessariamente, que não dispõem de meios, que foram confrontados com a massificação, que são confrontados com problemas para os quais eventualmente não estavam preparados. É evidente que existe isso, mas pôr em causa que hoje a escola prepara melhor do que há 20 anos, é absurdo e não precisa de dados para rebater.

Problemas de fundo persistem, sim, como há 20 anos. É bom não o ignorar. Quando o Senhor Ministro referenciou o número de jovens que saem do sistema educativo sem a 6ª classe, eu contraponho o número de jovens que há 20 anos saía sem a 4ª classe. Realmente, qual é a escolaridade básica dos trabalhadores que hoje estão no mundo do trabalho? Qual é o número daqueles que não têm sequer a 4ª classe? Quais são os que têm uma educação que esqueceram completamente, que são iletrados funcionais? O que é que resultou do sistema educativo, não de hoje, mas de há 10, 20, 30 anos?

Também comento o aspecto a isto muito associado e que o Prof. Salvador Sampaio referiu, que foi o fim das escolas técnicas, que até fecharam antes do 25 de Abril... O Professor vai dizer-me outra coisa... O problema das escolas comerciais e industriais não foi terem acabado, que acabaram e muito bem, porque não é possível a um jovem escolher a sua profissão ao fim de 6 anos de escolaridade, num ensino que na altura era de segunda oportunidade. O problema é que não foi criado o ensino unificado e foram destruídos completamente todos os laboratórios, onde existiam, e não foram postos a funcionar novos. Generalizou-se o ensino liceal a todos e esse é o grande problema da escola de hoje, confrontada com algumas grandes deficiências na área tecnológica e grandes deficiências na área da educação experimental.

Outro comentário, à necessidade da escola interactuar muito mais com a sociedade civil que a envolve e que é um diálogo difícil. É um aspecto fundamental da mudança da escola. Hoje fala-se muito no diálogo escola-empresa. O diálogo tem que ser muito mais vasto, começa pelos agentes educativos, mas tem que envolver a sociedade no seu conjunto, in-

cluindo as organizações profissionais e não só as empresariais. Tem que ser um diálogo escola-sociedade.

Também a necessidade de avançar na orientação e certificação passa por uma maior coordenação entre a educação e a formação e passa também por a educação perder alguns privilégios, ela que vê a certificação necessariamente associada ao sistema educativo. Lembro-me, nos primeiros anos da Comissão Nacional de Aprendizagem, no arranque da aprendizagem, da grande dificuldade por parte do Ministério da Educação em reconhecer a aprendizagem... E foi a primeira vez que a escola abriu um bocadinho ao mundo do trabalho. Mas as dificuldades de ligação entre a educação e formação persistem e não foram muito melhoradas nos últimos anos. Passam eventualmente por melhores relações entre 2 ministros, mas não passa apenas por uma relação institucional entre o Ministério da Educação e o Ministério da Formação.

Uma última referência - o direito individual à formação. Este direito deve ser reconhecido, o que implica reconhecer um papel importante à empresa, mas em que ela seja capaz de prever as suas necessidades profissionais. Não se exija à empresa formar para as outras empresas, exija-se à empresa formar os seus trabalhadores de acordo com as suas necessidades e que essa formação não seja só qualificante numa visão restrita de profissional, ignorando a dimensão humana.

O direito individual à formação é uma dimensão do indivíduo que nunca terá na empresa a resposta individual às suas necessidades de formação. Como é que isto é reconhecido e tratado? Como é que o indivíduo aprende ao longo da sua vida activa e como é que, mesmo em condições diferentes, é feita a passagem entre a vida activa e a reforma? Temos que pensar necessariamente que os 62, 65 ou 67 anos são realmente uma ruptura drástica em termos de vida do indivíduo. Há que flexibilizar muito mais a passagem entre a vida activa e a reforma.

Aqui também a necessidade do indivíduo associar na formação ao longo da vida a escola, as tais *passereles* entre a escola e o sistema formativo, que não têm sido muito debatidas. Vimos por vezes reacções negativas da escola, que se considera mais vocacionada para a formação inicial e

ignora a formação contínua. Acho verdadeiramente que esta *passerelle* escola-vida activa, escola-formação é um sistema que ainda carece de claro aprofundamento, e que deve estar ligado ao direito individual à formação.

Manuel Carvalho da Silva

São 5 notas:

1º - a escola prepara melhor/pior. Não tenho conhecimento suficiente para entrar numa análise mais profunda sobre a matéria, mas penso que é justo fazer uma observação. Temos tendência para simplificar o campo das comparações e portanto o que há a comparar aqui não é o que temos hoje com o que tínhamos há 20 ou 10 anos, é o que temos hoje com o que tínhamos há 20 anos, com as condições e os desafios de hoje, com as disponibilidades de hoje e com todos os outros elementos que há a considerar em comparações deste tipo.

2º - a formação pelo trabalho. Tentei aqui trazer o problema por uma outra vertente. Acho que é muito importante este debate e eis um desafio grande para o Conselho Nacional de Educação - reflexões sobre esta matéria que pudessem primeiro problematizar a questão e lançá-la numa discussão que cativasse observações suficientes e que, depois, influenciasse as práticas. Do nosso ponto de vista é muito importante que se comece a clarificar a relação estado-empresa, as funções, os apoios, porque - e reafirmo o que disse, por outras palavras - assistimos neste plano à reclamação de que o estado suporte os custos todos da formação, que o estado conceda meios e apoios financeiros para os gerirem como lhes aprouver e sem grandes exigências de prestação de contas. Assim não dá! Os meios existem e sou claramente pelo uso dos meios do estado da melhor forma possível, sem limitações de outro tipo, mas que haja uma

responsabilização e um impulso a uma cultura empresarial com outras dinâmicas e concepção.

3º - a certificação profissional e evolução das profissões. Aqui está uma matéria extremamente interessante para um sindicalista e já agora digo algo em torno do debate da polivalência e flexibilidade, onde importa reflectir profundamente sobre questões pouco colocadas em evidência. Hoje a negociação colectiva está a contribuir muito pouco para a resolução deste problema. Mas é significativo que a polivalência e a flexibilidade se discutam num quadro em que quase exclusivamente se desagua na possibilidade do trabalhador se sujeitar à determinação das condições de prestação do trabalho, sem mais. Quero chamar a atenção para que o que é preciso ter em conta são as novas profissões e o seu enquadramento e haver ao nível da contratação colectiva, a certificação, a consumação dessas evoluções operadas. Agora, leis gerais que mantêm as designações e as velhas grelhas nos diversos sectores de actividade, em que a inovação se limita a ser a entidade empregadora ficar com a possibilidade de no quadro dessas grelhas definir o que é a função do trabalhador, isto é a subversão total! Daí a CGTP insistir em que estas questões têm que ser intensamente discutidas no campo da realidade objectiva, ou seja, da empresa e do sector. É preciso passar à prática e confrontar os intervenientes para que se encontrem os mecanismos de resolução.

4º - o emprego. Apreciei muito a exposição do Prof. Rui Canário. Estou de acordo com a consideração do problema do emprego como estrutural se a concepção do estrutural já for uma concepção total.

5º - a relação muito evidenciada da constatação da diminuição do emprego e do aumento da riqueza, questão aqui trazida através da citação do interessantíssimo livro "O fim do trabalho". Há vários ângulos de análise, mas faço uma primeira chamada de atenção, se me permitem - no contexto actual e mais ainda com a aceleração da globalização, não se pode fazer uma comparação simples entre a evolução da riqueza nos Estados Unidos e o emprego somente dentro dos Estados Unidos ou a evolução do emprego na Europa e a riqueza concentrada somente na

Europa. O problema é muito mais complexo - neste momento há destruição de milhões de postos de trabalho nessas duas áreas, é verdade, mas há criação de milhões de postos de trabalho noutras áreas do continente, com mudanças enormes de ocupação das pessoas.

Termino ainda com uma referência à riqueza. É uma evidência que há novas áreas de emprego que já deviam estar a ser desenvolvidas, porque há riqueza e disponibilidade, e que não o estão a ser. A sociedade precisa delas. Estão bloqueadas porque a concentração do capital não permite esse desbloqueamento.

E por mim muito obrigado e perdão pelos excessos de tempo.

Dr. Joaquim Azevedo

Agradeço imenso.

Penso que concordarão que será melhor não continuarmos o debate, por várias razões que não vale a pena enunciar. O debate continua de tarde.

Se se anuncia já o fim do trabalho, penso que o fim da conversa não. Estamos salvos, porque podemos continuar a dialogar sobre estas coisas todas.

Como me fizeram saber, numa observação muito feminina, "o almoço está a perder a graça", portanto convido-os a almoçarem connosco.